

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO DE CONVÊNIO N° **022/2020** que entre si celebram a PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES e ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE RIBEIRÃO PIRES - ACIARP, visando o exercício da Atividade Complementar Conveniada, nos termos da Lei Municipal n 6.206, de 29 de novembro de 2017.

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, neste ato, representada pelo Prefeito, Sr. **ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA**, e pelo Secretário de Segurança Urbana, Cel. **JOSÉ LUIS MARTINS NAVARRO**, doravante denominado, **MUNICÍPIO** e a **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE RIBEIRÃO PIRES - ACIARP**, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. **GERARDO PEDRO SAUTER**, aqui denominado **CONVENIADO**, nos termos da Lei Municipal n° 6.206, de 29 de novembro de 2017 e com fundamento no artigo 116 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas legais e regulamentares vigentes, por este e na melhor forma de direito, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª - O presente Convênio tem por objeto a conjugação de esforços para implementar a Atividade Complementar Conveniada a ser exercida pelos servidores integrantes do Quadro da Guarda Civil Municipal (GCM) que, facultativamente, optarem por participar deste Programa, desde que haja interesse público e seja exercida fora da jornada normal de trabalho ou escala de plantão. Referido Programa abará as atividades relativas à Guarda Civil Municipal (GCM), previstas no Capítulo II do Título 1 da Lei Municipal n° 6.093, de 17 de junho de 2016, que dispõe sobre o Estatuto da Guarda Civil Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, nas ações inerentes ao poder de polícia administrativa, no tocante à fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal, conforme dispõe a Lei Federal n° 13.022, 08 de agosto de 2014, em seu artigo 5°, inciso XII ou outra que venha a substituí-la.

Cláusula 2ª - A participação do Guarda Civil Municipal (GCM) dar-se-á nos termos definidos pelo MUNICÍPIO, sendo direcionada exclusivamente à atividade objeto deste Convênio e ao Plano de Trabalho anexo, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, previamente ajustado entre o MUNICÍPIO e o CONVENIADO.

Cláusula 3ª - O Plano de Trabalho deverá conter, impreterivelmente:

I - justificativa do interesse público;

II - descrição do início, do local, do número de servidores e das atividades a serem realizadas, com possibilidade de preleção prévia na base da Guarda Civil Municipal (GCM), conforme o caso;

III - informações acerca das datas de realização das atividades e estimativa do número de horas diárias por servidor.

§1º - Ficará a critério do comando da Guarda Civil Municipal (GCM) a seleção dos servidores para participarem do Convênio, bem como avaliar e autorizar a utilização de seus equipamentos, observando-se rigorosamente os impedimentos contidos no artigo 6º da Lei n° 6.206, de 29 de novembro de 2017.

§2º - Havendo impedimento da participação de servidor previamente selecionado, o Comando da Guarda Civil Municipal (GCM) definirá um substituto.

§3º - O servidor da Guarda Civil Municipal (GCM), no exercício da Atividade Complementar Conveniada, poderá lavrar notificações, autos de infração e multas.

Cláusula 4ª - Aos integrantes da Guarda Civil Municipal (GCM), que exercerem a Atividade Complementar Conveniada, será paga uma bonificação, calculada sobre o valor da hora atividade, nos termos do Decreto n° 6.822, de 23 de maio de 2018.

a) A bonificação contida no "caput" deste artigo não será incorporada aos vencimentos do servidor da Guarda Civil Municipal (GCM) para nenhum efeito, notadamente quanto aos cálculos de quaisquer vantagens pecuniárias, e sobre ela não incidirão os descontos previdenciários.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires

b) O exercício da Atividade Complementar Conveniada, fiscalizado pela Secretaria de Segurança Pública do Município, é limitado a 80 (oitenta) horas mensais, sendo obrigatório o uso de farda e de equipamentos de proteção individual, facultando-se o uso de arma de fogo, desde que expressamente autorizadas.

Cláusula 5ª - A execução do presente Convênio dar-se-á nos termos do Plano de Trabalho, cabendo ao MUNICÍPIO e ao CONVENIADO as seguintes obrigações:

I. Caberá ao MUNICÍPIO, em cooperação:

- a) Facilitar a implantação das atividades do objeto do Convênio referenciado, garantindo a operacionalização no padrão e qualidade adotados;
- b) Manter permanentemente uma comissão, composta por integrantes nomeados pelo Secretário de Segurança Pública Municipal, com responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Convênio nos níveis acordados e, primordialmente, pela solução de problemas não previstos;
- c) Promover assessoria mútua nos assuntos que houver necessidade;
- d) Atestar a perfeita regularidade da parceria, propondo, se for o caso, as medidas que se mostrarem pertinentes frente a eventuais irregularidades constatadas;
- e) Coordenar as ações necessárias para efetivação do Convênio;
- f) Fornecer as informações necessárias para a instalação e operacionalização das atividades do objeto do Convênio;
- g) Apontar os locais que necessitem prioritariamente da presença permanente da fiscalização do servidor da Guarda Civil Municipal (GCM);
- h) Repassar os valores, conforme Plano de Trabalho, aos servidores da Guarda Civil Municipal (GCM) empregados nas atividades contempladas pelo objeto do presente Convênio;
- i) Efetuar o repasse mencionado no item anterior, mediante o pagamento da gratificação por desempenho da Atividade Complementar Conveniada, por intermédio do depósito integral do valor correspondente ao total das horas mensais efetivamente trabalhadas pelo servidor da Guarda Civil Municipal (GCM), na conta corrente indicada por ele, à luz da legislação vigente;
- j) Efetuar, no caso de promover unilateralmente a denúncia do Convênio, o pagamento dos servidores da Guarda Civil Municipal (GCM) pelas horas trabalhadas até a data anterior a publicação da consolidação da denúncia, obedecendo ao ciclo de processamento do pagamento da gratificação pelo desempenho da Atividade Complementar Conveniada.

II. Caberá ao CONVENIADO:

- a) O repasse do valor, conforme Cláusula 8a, pactuado com o Município, nas datas e valores aprazados no Plano de Trabalho anexo, sem recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte.

Cláusula 6ª - Cada partícipe responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, nos termos do artigo 37, § 6º da Constituição Federal, cabendo ao MUNICÍPIO ação regressiva contra o servidor da Guarda Civil Municipal (GCM), após apuração de responsabilidade funcional junto à Corregedoria - GCM.

Cláusula 7ª - O presente Convênio vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 5 (cinco) anos, mediante termo específico e acordo mútuo entre os partícipes.

§ 1º - Este Convênio será rescindido por infração legal ou descumprimento de suas cláusulas.

§ 2º - Este Convênio poderá ser denunciado por desistência unilateral ou consensual, mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, imputando aos convenientes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires

§ 3º - O pagamento antecipado para a realização da Atividade Complementar Conveniada não será restituída pelo MUNICÍPIO, quando se tratar da hipótese anterior.

Cláusula 8ª - O custo total estimado do presente Convênio, considerando seu período de vigência, será de R\$ 183.600,00 (cento e oitenta e três mil e seiscentos reais), a ser suportado pelo CONVENIADO.

Cláusula 9ª - Havendo legislação superveniente ou interesse dos partícipes, mediante solicitação escrita, este Convênio poderá ser revisto ou aditado.

Cláusula 10ª - As dúvidas que, eventualmente, surgirem na execução deste Convênio, assim como as divergências e casos omissos, serão dirimidas pela comissão disposta no artigo 10, da Lei nº 6.206/2017.

Cláusula 11ª - Fica eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Pires para dirimir as questões decorrentes da execução deste Convênio, que não forem resolvidas na forma prevista na cláusula anterior.

Ribeirão Pires, 30 de Janeiro de 2020.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES
ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA

SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA DE RIBEIRÃO PIRES
CEL. JOSÉ LUIS MARTINS NAVARRO

**ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA
DE RIBEIRÃO PIRES – ACIARP**
GERARDO PEDRO SAUTER

Testemunhas:

Nome: _____

RG: _____

Nome: _____

RG: _____

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires

PLANO DE TRABALHO PARA A ATIVIDADE COMPLEMENTAR CONVENIADA DA GCM EXECUÇÃO: 30/01/2020 À 29/01/2021

I - Da Previsão Legal

O presente Plano de Trabalho destina-se à execução da Atividade Complementar Conveniada aos integrantes da Guarda Civil Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em total observância à Lei nº 6.206, de 29 de Novembro de 2017, e ao Decreto nº 6822, de 23 de Maio de 2018.

II - Da Delimitação Territorial

Exclusivamente para a execução do presente Plano de Trabalho, a área de atuação territorial destinada ao desempenho das atividades da Guarda Civil Municipal limitar-se-á ao conjunto comercial situado no "Complexo Turístico Vila do Doce", o qual abrange a "Praça da Melhor Idade", com 02 lojas (Chaveiro e Banco de Jornal) e o banheiro público; a "Praça da Bíblia", com 09 lojas, bem como o "Boulevard Ernest Solvay" ("Condomínio Vila do Doce"), com 14 lojas.

III - Dos Horários de Funcionamento

Os horários de funcionamento do conjunto comercial, situado no "Complexo Turístico Vila do Doce", obedece às seguintes normas: das segundas às quintas-feiras: das 09h às 22h e às sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados: das 09h às 00h.

IV - Da Estimativa de Público

A média aproximada de frequentadores do "Complexo Turístico Vila do Doce", das segundas às quintas-feiras, gira em torno de 700 pessoas e, de sextas-feiras aos domingos e feriados, apresenta um número previsto de 2.000 pessoas.

V - Da Remuneração

Pelo emprego de cada guarda civil municipal na presente atividade, será cobrado o valor de R\$ 21,25 (Vinte e um real e vinte e cinco centavos) por hora de trabalho, valor esse que ficará ao encargo da parte conveniada, a qual deverá efetuar o pagamento ao município, conforme o disposto no parágrafo 1º do artigo 3º da Lei Municipal nº 6.345, de 29 de Novembro de 2017, cc. Decreto nº 6.822, de 23 de Maio de 2018 e Lei Municipal nº 6.345 de 20 de Maio de 2019 (reajuste de 6,2873%).

VI - DA LOGÍSTICA

a) Das segundas aos domingos:

Efetivo de GCMs	04
Turnos de serviços	02
Horários	Das 18h00 às 0h00 e das 0h00 às 6h00
Total de horas trabalhadas	12 horas
DESPESAS TOTAIS	Diária = R\$ 510,00 Semanal = R\$ 3.570,00 Mensal = R\$ 15.300,00

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires

b) na realização de eventos com a concentração de grande público, será previamente avaliada entre as partes contratantes a quantidade de efetivo que será disponibilizada pela GCM, mediante apresentação de relatório e mapa força, com a mesma renumeração hora/trabalhada.

VII - Disposições Finais

O Termo de Convênio é firmado na conformidade com o disposto no artigo 40 da Lei Municipal nº 6.206, de 29 de Novembro de 2017, cc. Decreto nº 16.822, de 23 de Maio de 2018.

A logística para o emprego da fração do efetivo da Guarda Civil Municipal, disponibilizada para o desempenho da Atividade Complementar Conveniada, conforme o disposto neste Plano de Trabalho, é exclusivamente para a atuação no "Complexo Turístico Vila do Doce", dentro das especificidades aqui mencionadas.

Portanto, caso haja o aumento da concentração de público, da previsão do horário de cobertura, da área territorial a ser patrulhada, haverá a necessidade de revisão da logística a ser empregada, fator que será comunicado à parte conveniada para os acertos necessários.

Para a fixação da fração do efetivo da Guarda Civil Municipal, por tempo determinado e estipulado em contrato, com o propósito de exercer a Atividade Complementar Conveniada, no local e horário expostos neste Plano de Trabalho, o ente conveniado fica obrigado a ceder instalação própria e localizada em ponto estratégico dentro dos limites do "Complexo Vila do Doce", com a finalidade de atender às necessidades operacionais da Guarda Civil Municipal.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO TERMO DE CONVÊNIO

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A): Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE RIBEIRÃO PIRES – ACIARP

TERMO DE CONVÊNIO N°(DE ORIGEM): 022/2020

OBJETO: Atividade complementar conveniada aos integrantes da GCM.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Ribeirão Pires, 30 de Janeiro de 2020.

GESTOR DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE:

Nome: José Luís Martins Navarro

Cargo: Secretário de Segurança Urbana

CPF: 041.652.548-27 RG: 10.837.607

Data de Nascimento: 25/11/1961

Endereço residencial completo: Rua Camilo Batista, n.º 21 – Vila Amélia – São Paulo - SP

E-mail institucional: ssp@ribeiraopires.sp.gov.br

E-mail pessoal: jlnavarro@gmail.com

Telefone(s): 9-8915-0260

Assinatura: _____

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires

Responsáveis que assinaram o ajuste:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE:

Nome: Adler Alfredo Jardim Teixeira

Cargo: Prefeito

CPF: 171.483.398-47 RG: 19.417.194-2 SSP/SP

Data de Nascimento: 29/11/1971

Endereço residencial completo: Rua José Pinto Novaes Junior, nº 274, Apt. 11, Ribeirão Pires -- SP

E-mail institucional: gp@ribeiraopires.sp.gov.br

E-mail pessoal: -----

Telefone(s): (11) 4828-9840

Assinatura: _____

Nome: José Luís Martins Navarro

Cargo: Secretário de Segurança Urbana

CPF: 041.652.548-27 RG: 10.837.607

Data de Nascimento: 25/11/1961

Endereço residencial completo: Rua Camilo Batista, n.º 21 – Vila Amélia – São Paulo - SP

E-mail institucional: ssp@ribeiraopires.sp.gov.br

E-mail pessoal: jlnavarro@gmail.com

Telefone(s): 9-8915-0260

Assinatura: _____

PELA ENTIDADE CONVENIADA:

Nome: Gerardo Pedro Sauter

Cargo: Presidente

CPF: 080.198.628-11 RG: 25.721.111-1 SSP/SP

Endereço residencial completo: Rua Massimina Bernardi Gailo, nº 109, Jardim Panorama, Ribeirão Pires - SP

E-mail institucional: aciarp.adm@terra.com.br

E-mail pessoal: -----

Telefone(s): (11) 2595-0200

Assinatura: _____